

Brasília-DF, 26 de março de 2026

CNTI se reúne com o deputado federal Vicentinho em Brasília



Eduardo Henrique Neves, Raimundo Lopes Júnior, Deputado Vicentinho, José Reginaldo Inácio e Eduardo Annunciato (Chicão)

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria realizou, nesta quarta-feira (25), em Brasília, uma reunião com o **deputado federal Vicentinho** para discutir temas relevantes para os trabalhadores da indústria brasileira.

Participaram do encontro o presidente da CNTI, **José Reginaldo Inácio**; o diretor da Secretaria da Região Sudeste, **Eduardo Henrique Neves**; o diretor **Raimundo Lopes Junior**; e **Eduardo Annunciato (Chicão)**, diretor de Educação da CNTI e presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo.

Durante a reunião, foram debatidas questões estratégicas relacionadas à representação dos industriários, com destaque para a defesa dos direitos dos trabalhadores e o fortalecimento do diálogo institucional com o Congresso Nacional.

No encontro, a direção da CNTI também convidou o parlamentar para participar das atividades em comemoração aos 80 anos da Confederação, previstas para este ano, além de apresentar iniciativas voltadas à valorização da história e da cultura do movimento sindical industrial.

O deputado Vicentinho demonstrou conhecimento sobre os temas tratados e reafirmou seu compromisso com as pautas dos trabalhadores, colocando seu

mandato à disposição para contribuir com as demandas apresentadas.

O presidente da CNTI, José Reginaldo Inácio, destacou a importância da articulação institucional em defesa da indústria nacional:

“A CNTI tem atuado de forma firme na defesa dos trabalhadores da indústria em todo o país, levando ao Congresso Nacional as demandas reais da categoria. Esse diálogo reforça a importância de fortalecer a indústria brasileira com valorização do trabalho, garantia de direitos e geração de empregos de qualidade.”

Para o diretor de Educação da CNTI, Eduardo Annunciato (Chicão), a reunião também foi produtiva no encaminhamento das pautas:

“Foi uma reunião muito positiva, em que pudemos tratar das pautas da indústria e também avançar na articulação institucional. O deputado demonstrou estar atento à realidade dos trabalhadores e se colocou à disposição para contribuir com essa agenda.”

A CNTI segue atuando de forma permanente junto aos poderes constituídos, fortalecendo a representação dos trabalhadores da indústria e ampliando o diálogo institucional em defesa de direitos, empregos e melhores condições de trabalho.

Brasília-DF, 26 de março de 2026

Cuiabá recebe o I Encontro “Mulher e Sindicalismo de Mato Grosso”



PROGRAMAÇÃO

7:00 às 8:00 – Inscrição e café da manhã
8:00 às 8:40 – abertura com Mesa
8:40 às 9:10 – Palestra sobre a Convenção N. 190 da OIT (Trabalho livre de violência e assédio).
- Palestrantes: representante do MPT e da OAB
9:10 às 9:40 – Palestra: o fim da Escala 6x1 e o impacto na vida das mulheres.
- Palestrante: Marilane Teixeira, professora pós-doutora da UNICAMP e economista.
9:40 às 11:10 – Painel: Desafios da mulher no movimento sindical.
- Sônia Zerino (NCST)
- Nara Teixeira (SINTRA/CTB)
- Dineia Souza (FORÇA SINDICAL)
- Carmen Machado (FESSP/MT)
11:10 às 11:40 – Painel: Feminicídio e Violência de Gênero, como enfrenta-los?
- Representante da Defensoria Pública Estadual
- Representante do Poder Judiciário
11:40 às 12:10 – Debate com 7 perguntas e respostas
12:10 às 12:40 Solenidade de entrega do Prêmio “MARIA LÚCIA” para 15 mulheres SINDICALISTAS DESTAQUE 2026.
12:40 às 13:00 – Encerramento
13:00 - Almoço com sorteios de brindes.

Local: SINDES (R. Dr Celestina Botelho, R. 1, nº 164 - Morada da Dora)

A capital mato-grossense será palco, no próximo dia 31 de março, do I Encontro Mulher e Sindicalismo de Mato Grosso, iniciativa que reunirá lideranças femininas, dirigentes sindicais e especialistas para debater os desafios e avanços da participação das mulheres no movimento sindical.

O evento é promovido pela Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), pela Força Sindical e pela Federação dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso (FESSP/MT).

A atividade será realizada em Cuiabá, no SINDES (Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Mato Grosso), e contará com uma programação diversificada ao longo do dia, incluindo palestras, painéis temáticos e momentos de interação entre as participantes.

A abertura está prevista para as 8h, após o credenciamento e café da manhã. Entre os destaques da programação está a palestra sobre a Convenção nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do enfrentamento à violência e ao assédio no mundo do trabalho. Também será abordado o tema “Fim da escala 6x1 e seus impactos na vida das mulheres”, com a participação da economista e professora Marilane Teixeira.

O encontro ainda promoverá painéis sobre os desafios da mulher no movimento sindical, reunindo importantes lideranças como Sônia Zerino (NCST), Nara Teixeira (SINTRA/CTB), Dineia Souza (Força Sindical) e Carmen Machado (FESSP/MT). Outro tema central será o combate ao feminicídio e à violência de

gênero, com a participação de representantes da Defensoria Pública e do Poder Judiciário.

Como parte da programação, será realizada a solenidade de entrega do Prêmio “Maria Lúcia”, que homenageará 15 mulheres sindicalistas destaque de 2026, reconhecendo suas trajetórias e contribuições para a luta por direitos.

O evento será encerrado com almoço e sorteio de brindes, promovendo um momento de integração entre as participantes.

Fonte: NCST

Sindicatos citam saúde e produtividade como argumentos para reduzir a jornada de trabalho semanal

Comissão de Constituição e Justiça da Câmara analisa duas propostas sobre o tema



Debate na Câmara reuniu representantes dos trabalhadores

Representantes de sindicatos de trabalhadores defenderam nesta terça-feira (24) a redução da jornada máxima semanal no país como estratégia para melhorar a saúde mental, o tempo de convívio familiar e a eficiência dos trabalhadores brasileiros. Eles participaram de debate na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Na avaliação dos sindicatos, no “mundo ideal”, a redução seria das atuais 44 horas por semana para 36 horas. Mas, de maneira unânime, afirmaram que apoiam a proposta defendida na semana passada na CCJ pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho: 40 horas semanais, com duas folgas e sem perda salarial.

Márcio Ayer, presidente do Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro, apresentou dados do “Atlas Comentado da Escala 6x1”, revelando que mais de 50% dos trabalhadores sofrem pressão ou assédio e

Brasília-DF, 26 de março de 2026

33% gastam mais de uma hora e meia diária apenas no trânsito. Para Ayer, essa escala não organiza apenas o emprego, mas "a vida inteira do trabalhador", retirando dele o convívio social e a saúde.

"A escala 6x1 não é neutra, ela organiza a desigualdade no país. É o tempo como eixo da exploração", disse. "Quando cruzamos baixo salário, jornada extensa e deslocamento, o resultado é claro: o trabalhador não trabalha seis dias, ele vive em função do trabalho todos os dias", disse.

Valeir Ertle, da CUT, reforçou que a jornada de 44 horas, inalterada desde 1988, contribui para que o Brasil tenha um dos maiores índices de burnout (esgotamento profissional) do mundo.

"A produtividade por hora trabalhada aumentou exponencialmente com a automação e a IA, mas o ganho não foi compartilhado com a classe trabalhadora", afirmou. Ertle também defendeu que o trabalhador precisa de tempo para a família, a religião e o descanso, afirmando que a mudança é uma "luta pela vida".

Impactos

A reunião foi proposta pelo deputado Paulo Azi (União-BR), relator na CCJ de duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que pretendem extinguir a escala 6x1 e reduzir a jornada semanal: a PEC 221/19 propõe uma transição gradual de dez anos para 36 horas semanais; e a PEC 8/25 estabelece a mesma jornada, mas com escala 4x3 e implementação em um ano.

Azi questionou os debatedores sobre possíveis impactos na economia, nos custos das empresas e na informalidade. Ele abordou ainda a capacidade de micro e pequenas empresas de absorver as mudanças. Por fim, quis saber sobre o risco de engessamento das negociações coletivas caso a definição da escala seja constitucionalizada.

Em resposta, o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Santos Neto defendeu a redução para 40 horas semanais no texto constitucional e a definição das escalas por negociação coletiva conforme a realidade de cada setor. E contestou previsões negativas sobre a economia. Segundo ele, as empresas focam em custos numéricos e planilhas, ignorando o burnout e problemas de saúde mental causados por jornadas excessivas. "Jornada excessiva gera custos ocultos, como indenizações e perdas de produtividade", disse.

Antônio dos Santos Neto apresentou um caso prático de sucesso no país: o setor de TI em São Paulo, que

opera há mais de uma década com 40 horas semanais e escala 5x2. Segundo ele, a experiência resultou em ganhos de produtividade e maior procura por profissionais, provando que eficiência econômica e dignidade social são complementares.

Competitividade

Francisco Canindé, da União Geral dos Trabalhadores trouxe uma perspectiva de mercado global, afirmando que a redução da jornada é também uma questão estratégica de competitividade. Ele argumentou que países desenvolvidos estão exigindo cada vez mais que as empresas brasileiras comprovem responsabilidade social para aceitar seus produtos.

"Nós queremos justamente trazer, de forma concreta e objetiva, com pesquisas e com indicadores, que em muitos países europeus, uns por lei, outros por negociação, a redução da jornada de trabalho trouxe bem-estar social, produtividade e responsabilidade social empresarial", disse.

Canindé citou um estudo feito no Reino Unido (4 Day Week Global) que testou 3 mil trabalhadores. Segundo ele, 80% dos líderes empresariais consideraram a transição para 4 dias úteis bem-sucedida, com redução de estresse, fadiga, insônia e melhorias na saúde física e mental.

Fonte: Agência Câmara

MPT alerta para riscos trabalhistas e fiscais em projeto sobre plataformas digitais



O Ministério Público do Trabalho divulgou Nota Técnica sobre o PLP nº 152/2025, que trata da regulamentação do trabalho em plataformas digitais, apontando riscos estruturais à proteção trabalhista e ao equilíbrio das políticas públicas. Segundo o órgão, o texto, especialmente em seu substitutivo, amplia a possibilidade de contratação sem vínculo empregatício em diversos setores, o que pode estimular a

Brasília-DF, 26 de março de 2026

substituição de empregos formais por trabalho plataformizado, com perda de direitos sociais e redução da arrecadação previdenciária.

A Nota também critica a presunção de autonomia desses trabalhadores, destacando evidências de subordinação na prática, além de alertar para a precarização das condições de trabalho, fragilização da proteção social, ausência de transparência nos algoritmos e impactos negativos nas contas públicas.

Ao final, o MPT recomenda a rejeição parcial da proposta e a adoção de ajustes que assegurem direitos constitucionais mínimos e maior proteção aos trabalhadores.

Fonte: Diap

Senado aprova PL que classifica misoginia como crime previsto na Lei do Racismo

A proposta é um substitutivo que altera a redação da legislação vigente para incluir o termo "misoginia" entre as formas de preconceito já tipificadas



Senado Federal. Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

O Senado Federal aprovou nesta terça-feira (24) o Projeto de Lei nº 896/2023, que inclui a misoginia como um dos crimes de preconceito previstos na Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989). O texto, de autoria da senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) e que teve como relatora a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

A proposta é um substitutivo que altera a redação da legislação vigente para incluir o termo "misoginia" entre as formas de preconceito já tipificadas, como as praticadas por raça, cor, etnia, religião e procedência nacional. A pena prevista para esse tipo de crime é de dois a cinco anos de reclusão, além de multa.

O projeto também promove alteração no Código Penal, que passa a prever, no artigo 141, a seguinte redação: "Se o crime é cometido contra a mulher no contexto de violência doméstica e familiar, aplica-se a pena em dobro".

Na justificativa, Ana Paula Lobato afirma que a misoginia consiste em um sentimento de ódio e aversão às mulheres, além de representar uma forma "extrema e repugnante de racismo".

A parlamentar destaca que, embora já existam leis de proteção às mulheres, como a Lei Maria da Penha e o artigo 121 do Código Penal – que define o feminicídio como crime qualificado –, ainda não há uma resposta penal específica e mais severa para a injúria praticada por motivação misógina ou para a disseminação de discursos desse tipo.

Nas redes sociais, a senadora comemorou a aprovação do projeto pelo plenário do Senado. "Uma grande vitória e uma resposta firme a esse tipo de violência, que começa na palavra, no desrespeito e na ideia de que a mulher vale menos. Misoginia é violência e não pode mais ser normalizada", escreveu.

Fonte: Estadão Conteúdo

